



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GABRIELA DE ANDRADE SABINO PEREIRA

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
VOZES FEMININAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA**

Londrina
2019

GABRIELA DE ANDRADE SABINO PEREIRA

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
VOZES FEMININAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Geociências da Universidade Estadual de
Londrina, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Margarida Cássia
Campos

Londrina
2019

GABRIELA DE ANDRADE SABINO PEREIRA

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
VOZES FEMININAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
LONDRINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Margarida Cássia Campos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Ângela Maria de Souza Lima
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Vanessa Maria Ludka
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP

Londrina, 11 de janeiro de 2019

AGRADECIMENTOS

A Deus, que por muitas vezes foi meu único ponto de apoio nos momentos em que me senti mais sozinha.

Agradeço imensamente à minha orientadora, que se dispôs desde o primeiro dia, a investigar e produzir este trabalho ao meu lado, não só com a sua constante orientação, mas também com a sua amizade.

Agradeço à todos/as os/as professores/as da minha graduação, que ao longo desses cinco anos, ajudaram na minha construção como pessoa e no meu pensamento crítico.

Aos meus amigos, que me acompanham e me dão força diariamente.

À toda a minha família, que sempre me apoiou, desde as minhas primeiras escolhas, até hoje. E principalmente à minha mãe, que lutou e trabalhou para que eu pudesse realizar meu sonho de me graduar na UEL, me dando suporte para ficar fora de casa todos esses anos.

“Que nada nos limite. Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.”

Simone de Beauvoir

PEREIRA, Gabriela de Andrade Sabino. **Violência contra a mulher: vozes femininas** na Universidade Estadual de Londrina. 2019. 53 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

Devido aos recorrentes dados de violência contra a mulher existentes não só ao redor do mundo, como também no Brasil, fez-se necessário um estudo que investigue por qual motivo isso ocorre ao longo dos anos até os dias de hoje, e se isso ocorre também nos ambientes educacionais, como as Universidades. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo, investigar e mapear os locais escolhidos pelas mulheres, como os mais inseguros na Universidade Estadual de Londrina. No final da pesquisa, foi possível compreender a escolha dos locais que ganharam destaque, como também, expor algumas medidas protetivas para a solução do problema de insegurança que as mulheres sentem na Universidade. Para isso, como procedimentos metodológicos, realizou-se a leitura e fichamento de obras, como Um Ensaio sobre as Potencialidades do Uso do Conceito de Gênero na Análise Geográfica, de Joseli Maria Silva, a obra Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista, de Márcio José Ornat, O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de Uma Intervenção Política, de Ana Alice Alcântara, a organização de um questionário (Apêndice A), aplicação online do mesmo para as mulheres que frequentam o campus da UEL, com o intuito de abranger maior número de respostas e para que as mesmas sentissem maior segurança ao responderem. Os resultados obtidos por meio do questionário foram expostos em gráficos, além de servirem de base para a construção de um mapa, destacando os principais locais escolhidos pelas mulheres como perigosos na UEL.

Palavras-chave: Mulher, Violência, Medo, UEL.

PEREIRA, Gabriela de Andrade Sabino. **Violence against women: female voices at State University of Londrina**. 2019. 53 p. Work Bachelor Course Completion in Geography. – State University of Londrina, Londrina, 2019.

ABSTRACT

Due to recurrent data on violence against women not only around the world, but also in Brazil, a study was necessary to investigate for what reason this occurs over the years to the present day, and if this occurs too in educational environments, such as universities. Thus, the present study aimed to investigate and map the places chosen by women, as the most insecure ones in the State University of Londrina. At the end of the research, it was possible to understand the choice of places that were highlighted, as well as to present some protective measures to solve the problem of insecurity that women feel at the university. In order to do so, as methodological procedures, the book was read and recorded, such as *A Essay on the Potentialities of the Use of the Gender Concept in Geographical Analysis*, by Joseli Maria Silva, the book *On Space and Gender, Sexuality and Feminist Geography*, by Márcio José Ornat, *The Feminist Movement in Brazil: Dynamics of a Political Intervention*, by Ana Alice Alcântara, the organization of a questionnaire (Appendix A), an online application of this questionnaire for women attending the UEL campus. more responses and so that they feel more secure in responding. The results obtained through the questionnaire were shown in graphs, besides serving as the basis for the construction of a map, highlighting the main sites chosen by women as dangerous in UEL.

Key words: Woman, Violence, Fear, UEL.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa da UEL com os locais escolhidos pelas mulheres como os mais inseguros.....	44
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Motivos pelos quais as mulheres não formalizam denúncias de agressão.....	32
Gráfico 2 – Proteção da mulher pós-lei Maria da Penha.....	33
Gráfico 3 – Meios de denúncias mais utilizados pelas mulheres	34
Gráfico 4 – Idade das entrevistadas.....	37
Gráfico 5 – Em qual(is) unidade(s) administrativa(s) você estuda/trabalha na UEL?.....	38
Gráfico 6 – Você já sofreu algum tipo de violência na UEL?.....	39
Gráfico 7 – Qual tipo de violência?.....	40
Gráfico 8 – Você se sente segura pelo sistema de segurança disponível no Campus da UEL?.....	41
Gráfico 9 – Qual(is) local(is) da UEL você sente mais medo?.....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Países mais perigosos para ser Mulher.....	28
Quadro 2 – Países com maiores taxas de feminicídio no mundo.....	30
Quadro 3 - Ranking dos estados mais perigosos para as mulheres no BR.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BC	Biblioteca Central
BS	Biblioteca Setorial
BBC	British Broadcasting Corporation
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CCB	Centro de Ciências Biológicas
CCE	Centro de Ciências Exatas
CECA	Centro de Educação, Comunicação e Artes
CEFE	Centro de Educação Física e Esporte
CESA	Centro de Estudos Sociais Aplicados
CLCH	Centro de Letras e Ciências Humanas
CNPM	Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
CTU	Centro de Tecnologia e Urbanismo
CEPV	Curso Especial Pré-vestibular
DDM	Delegacia de Defesa da Mulher
DEAM	Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
HU	Hospital Universitário
HV	Hospital Veterinário
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais ou Transgêneros
OEA	Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
NUMAPE	Núcleo Maria da Penha
PMDB	Movimento Democrático Brasileiro
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PT	Partido dos Trabalhadores
SEBEC	Serviço de Bem Estar à Comunidade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	MOVIMENTO FEMINISTA E ESTUDOS GEOGRÁFICOS	14
2.1	CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA PARA O MOVIMENTO FEMINISTA	14
2.2	FEMINISMO NO MUNDO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	17
2.3	BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O FEMINISMO NO BRASIL.....	20
3	VIOÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL E NO MUNDO: UM ESTUDO GEOGRÁFICO	25
3.1	ACORDOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES.....	25
3.2	CONTEXTUALIZANDO OS DADOS DE VIOÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL E NO MUNDO.....	27
3.3	LEIS BRASILEIRAS DE COMBATE A VIOÊNCIA CONTRA A MULHER.....	31
3.4	FORMAS DE DENÚNCIA CONTRA A VIOÊNCIA ÀS MULHERES.....	34
4	VIOÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	36
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	49
	APÊNDICES	51
	APÊNDICE A – Questionário sobre a segurança das mulheres no Campus da UEL	52

1 INTRODUÇÃO

As mulheres sempre foram seres humanos tratados como inferiores ao longo de toda a construção histórica da sociedade, consideradas como sinônimo de fragilidade, de obediência e subordinação ao homem.

A mulher não podia sentir prazer nas relações sexuais, servia apenas para procriar, cuidar do marido, da casa e da família. Era impedida de trabalhar fora, e se trabalhasse, não tinha os mesmos cargos oferecidos aos homens, muito menos os mesmos salários. O gênero feminino sempre foi desvalorizado, a elas ensinou-se desde pequenas a como se comportar, como agir e como pensar, ou melhor, a como não pensar muito, pois “homens não gostam de mulheres inteligentes”. Essas, assim como outras, são frases que todas as mulheres já ouviram, uma ou mais vezes ao longo da vida.

A mulher negra ou indígena, além de sofrer com a distinção de gênero, teve também que suportar as consequências e violências do racismo, pois ser negra em uma sociedade como a brasileira, é ser inferior e desprovida de inteligência e sabedoria.

Essa ideia do gênero feminino subordinado ao masculino, trouxe muitas consequências, como principalmente a violência contra a mulher, causados não apenas por agressores próximos as vítimas, como maridos, namorados ou familiares, mas também por homens comuns que percorrem o espaço geográfico e se sentem superiores as mulheres, praticando violência física, moral e/ou psicológica.

Com o advento dos movimentos feministas e com a questão de gênero ganhando destaque científico, a sociedade, em especial a ocidental, começou a mudar a sua visão sobre a mulher, assim como as mulheres começaram a ter uma visão diferente sobre si mesmas, lutando pela igualdade entre os gêneros e por um lugar de destaque na sociedade. Entretanto, o conservadorismo exacerbado, parece ser uma contra ofensiva a expansão de vários direitos de existências da minoria, inclusive das mulheres.

Ao longo das últimas décadas foram necessários estudos que demonstrem com o apoio de dados, como a diferença entre os gêneros implicou para a construção de uma sociedade que estrutura suas desigualdades a partir do racismo e também do machismo, porém tais estudos também apontaram para a importância dos movimentos feministas na luta das mulheres com o objetivo de desconstruir os

estereótipos, já que é nos espaços públicos que se manifestam a violência contra a mulher, o racismo e o machismo.

Neste sentido, a presente pesquisa, tem como principal objetivo, investigar quais locais da Universidade Estadual de Londrina (UEL), causa medo e/ou insegurança entre as mulheres que estudam e/ou trabalham no campus da Universidade. Como procedimentos metodológicos, realizou-se a leitura e fichamento das principais obras escolhidas como Um Ensaio sobre as Potencialidades do Uso do Conceito de Gênero na Análise Geográfica, de Joseli Maria Silva, a obra Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista, de Márcio José Ornat, O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de Uma Intervenção Política, de Ana Alice Alcântara, organização de um questionário (Apêndice A), aplicação online do mesmo para as mulheres que frequentam o campus da UEL, com o intuito de abranger maior número de respostas e para que as mesmas sentissem maior segurança ao responderem.

Diante das discussões de que é necessário realizar um diálogo na sociedade sobre o machismo e a violência contra a mulher, essa pesquisa corrobora tais documentos, no sentido de demonstrar que mesmo dentro de uma Universidade, onde se pressupõe que as pessoas tem um bom nível de estudo, ocorrem situações de violência contra as mulheres. A pesquisa também é uma exigência em alguns documentos, como a Constituição Federal, LDB/NACIONAL-96, as Diretrizes Curriculares de Direitos Humanos, as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais de formação inicial e de professores 02/2015.

Sendo assim, além da introdução, o presente trabalho contou com três capítulos. No primeiro foi realizada uma discussão à cerca das contribuições da Geografia para o movimento feminista, assim como a organização do movimento feminista no Brasil e no Mundo. No segundo capítulo, foi discutido os tipos de violência que as mulheres sofrem no Brasil e em outros países, demonstrando dados principais, Acordos Internacionais que protegem as mulheres, as leis brasileiras de combate a violência contra a mulher e as formas de denúncia. No terceiro capítulo, de acordo com o questionário realizado com as mulheres da UEL, foi exposto a violência contra as mulheres na Universidade Estadual de Londrina, conforme os dados obtidos na pesquisa e também, algumas medidas protetivas propostas pela autora, que podem ser tomadas.

Os resultados obtidos por meio do questionário foram expostos em gráficos, além de servirem de base para a construção de um mapa, destacando os principais locais escolhidos pelas mulheres como perigosos na UEL.

2 MOVIMENTO FEMINISTA E ESTUDOS GEOGRÁFICOS

É necessário um apanhado histórico sobre como a diferença entre os gêneros provoca configurações espaciais desiguais nos mais variados espaços geográficos, e principalmente, como as mulheres ainda sofrem com as suas consequências, tendo em destaque a violência direcionada as mulheres de todas as partes do mundo, seja ela física, moral ou psicológica, além das posições marginais no mercado de trabalho que as mesmas ocupam em relação aos homens.

Para isso, é importante tecer alguns pontos principais para compreender o movimento feminista e a luta pelos direitos iguais entre homens e mulheres no Brasil e no Mundo, e também de que maneira a geografia contribuiu para esse movimento tão importante que busca questionar as posições de privilégio masculino na sociedade.

2.1 CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA PARA O MOVIMENTO FEMINISTA

O movimento feminista surge no ocidente nas décadas de 1960 e 1970, devido a entrada de mulheres das camadas médias no mercado de trabalho, e conseqüentemente a ocupação de postos de trabalho considerados importantes. Para entender melhor a luta do movimento feminista, é necessário compreender a desigualdade de gênero e como isso afeta, em especial, as mulheres.

Conceito de gênero é estudado por vários/as pesquisadores/as com o objetivo de entender as relações de poder para além da divisão sexual entre homens e mulheres, estuda as simbologias do masculino e feminino e o “papel” a ser cumprido socialmente, criando uma relação em que o homem sente que possui dominação a mulher, e a mulher uma subordinação ao homem. Para Silva (1998), a questão do gênero aumenta as diferenças, tanto sociais quanto culturais, entre homens e mulheres.

O feminismo luta contra essas diferenças, com ideias e concepções de que todos são iguais e merecem os mesmos direitos, sendo necessário acabar com as desigualdades e exclusões causadas pela diferença de gênero.

A relação do feminismo com a geografia, para Silva (1998), mostra que a geografia feminista busca transformar o modo de pensar e agir tanto na geografia,

como também no meio social em que vivemos. Já a geografia de gênero, luta para ser incluída em debates e nas estruturas da sociedade.

[...] considero que a Geografia dita feminista é aquela que incorpora as contribuições teóricas do feminismo à explicação e interpretação dos fatos geográficos e o gênero é um dos resultados dessas contribuições, ou seja, uma categoria útil de análise geográfica (SILVA, 1998, p. 108).

A questão de gênero, é portanto, enquadrada como uma categoria que deve possuir uma análise geográfica, para que seja explicada principalmente as desigualdades que são causadas por ela. Como por exemplo, os aspectos espaciais e socioeconômicos, que mostram as diferenças entre homens e mulheres, assim como os cargos que os empregam. Também, para Silva (1998), a geografia é uma ciência que muitas vezes é vista como aquela que discute a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo.

Para Martínez (1995), há três áreas da geografia, onde a questão de gênero é fundamental, são elas: 1) As relações existentes entre gênero e conceitos chaves na geografia como o espaço, o lugar e a natureza; 2) As diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero; e 3) O uso e experiências diferenciais do espaço entre homens e mulheres em distintas escalas, desde a local até a global.

Utilizar geograficamente de diferenças territoriais e socioeconômicas seria de grande importância para começar a perceber a grande proporção que a diferença de gênero causa entre homens e mulheres.

Mesmo assim, Silva (2003) afirma que a geografia é uma ciência masculina, levando a mulher a uma invisibilidade no processo de produção do espaço, privilegiando agentes e paisagens hegemônicas fundadas pela dominação masculina.

[...] uma abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige um olhar atento ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados do poder e assim, tais temáticas foram consideradas questões de menor importância na análise do espaço geográfico. Durante muito tempo a abordagem do espaço na geografia esteve centrada nos estudos dos espaços político - institucionais, nos processos de produção e acumulação da riqueza e na concepção de cultura como uma instância supra-orgânica. À partir das críticas estabelecidas na nova geografia cultural que se abre a possibilidade de novas abordagens que exigem um novo conjunto de método (SILVA, 2003, p. 33).

Desta forma, é uma luta das geógrafas feministas, a inclusão do gênero como um dos objetos de estudo da geografia. Como também utilizar do enfoque “mulher” como objeto de pesquisa.

De acordo com Silva (2003), a relação entre gênero e espaço é mais discutida na geografia norte-americana e na europeia, legitimando o tema enquanto problema científico, fundamentando seus estudos na existência do feminismo. São estudos realizados por maioria de geógrafas, que utilizam da identidade feminina como um fator importante de compreensão do espaço.

Com isso, Silva (2003) garante que ainda é muito difícil incluir uma perspectiva feminina na geografia brasileira, devido ao número pequeno de pesquisas relacionadas a esse tema, a falta do mesmo em programas acadêmicos, entre outros fatores.

Há ainda outros grupos de estudo que não se encaixam em masculino e feminino, como os gays, lésbicas, travestis, transexuais, mulheres não-transex, entre outros. Ornat (2008), cita que as principais influências que os debatem são, principalmente, Simone de Beauvoir, Michel Foucault, Teresa de Lauretis, Judith Butler, Donna Haraway, Já na geografia, se destacam, Davis Bell, John Binnie, Gill Valentine, Nancy Duncan, Richard Philips, Peter Jackson, Linda McDowell e Gillian Rose.

[...] assim, pouca explicação existe para a pequena atenção dada às identidades sexuais- de gênero hegemônicas e a heterossexualidade. E, parafraseando Binnie e Valentina (1999 *apud* ORNAT, 2008), temos poucas testemunhas no Brasil que trabalhem produzindo reflexões relacionadas às possíveis espacialidade do gênero e da sexualidade. Infelizmente, o etnocentrismo da literatura relacionada a espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista se mantém largamente não desafiados (ORNAT, 2008, p. 320).

É possível afirmar que por meio das interações sociais, culturais e cotidianas, o sexo se torna gênero, baseado nas ideologias patriarcais adotadas pela sociedade ao longo da construção do espaço. Já na geografia, vemos que outras temáticas como a geografia urbana e a política, são mais consagradas no âmbito da geografia humana, deixando de lado outros temas que possuem tanto quanto a mesma importância.

Isso deixa visível que há uma dificuldade em valorizar esses temas que são essenciais no cotidiano das pessoas, fazendo com que haja poucos estudos e trabalhos referentes a geografia feminista para serem explorados. Dessa forma, é

notado que o feminismo, não só como ciência, mas também como um tema considerado polêmico em muitos lugares do mundo, luta até hoje, por um espaço na sociedade e principalmente na ciência.

2.2 FEMINISMO NO MUNDO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

É possível afirmar que as mulheres sofrem com o machismo desde o início das civilizações, em todos os lugares do mundo, e ele se manifesta de diversas formas, não só por meio da violência. Para Scott (1989), as mulheres tiveram participação nas principais decisões políticas desde o começo da civilização ocidental, e os próprios historiadores considerados não feministas, descartaram essas histórias de participação e as relacionaram com temas como sexo e família. Isso mostra como o papel da mulher foi sendo construído socialmente, separado de questões como política e economia, levando destaque apenas no ambiente familiar.

O movimento feminista se iniciou ao redor do mundo no final do século XVIII, por meio de lutas individuais, afim de apontar uma análise crítica dessas abordagens e modificar esses pensamentos.

Bittencurt (2015), caracteriza os movimentos feministas em três ondas. A primeira onda é denominada de sufragista e foi impulsionada pelo liberalismo, nela se incluíam mulheres, homens negros e uma camada da classe popular que sofria com as desigualdades, lutando pela democracia e pela cidadania, na Europa. As primeiras lutas tinham como objetivo o voto popular, acesso à educação e ao trabalho remunerado. Apesar de tais interesses estarem atendendo principalmente as mulheres brancas de classe média, não é possível negar que esses movimentos deram início as mudanças na ordem patriarcal.

Devido a presença dos homens nas guerras, principalmente a Segunda Guerra Mundial, o mercado industrial sofreu com o impacto da falta de mão de obra, com isso, as mulheres europeias e estadunidenses, adentraram o mercado de trabalho a fim de ocupar esses vazios. Também nas décadas de 1930 e 1940, as mulheres conseguiram, em alguns países do ocidente, o poder do voto e de serem votadas, além de ingressarem nas universidades. Com o fim das guerras mundiais e a retomada dos homens ao mercado de trabalho, o exército de reserva das empresas tornou-se essencialmente feminino, sendo assim o Estado e a mídia passaram a influenciar o retorno das mulheres as atividades domésticas. Desta forma, após as

mulheres perceberem que suas conquistas estavam sendo ameaçadas, as lutas por direitos iguais começaram (BITTENCURT, 2015, p. 201).

Ainda de acordo com Bittencurt (2015), a segunda onda surgiu nos períodos de 1960 e 1980, nos países do ocidente, principalmente europeus e estadunidenses, quando o movimento começou a ganhar força política com frentes de lutas e movimentos sociais. Nesse período, as lutas não atendiam mais somente os interesses das mulheres brancas de classe média, e sim as mulheres negras e pobres que ganharam voz, afim de combaterem suas desigualdades que eram diferentes das opressões sofridas por mulheres brancas e de classe média.

[...] é nesse período em que se formulam as problematizações acerca das diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual, desmitificando a naturalização de papéis sociais que seriam inerentes a homens ou mulheres. Ainda há a importante contribuição do questionamento da dicotomia artificial dos espaços públicos e privados, ressaltando que o “pessoal” ou o privado são espaços políticos e que devem ser desvelados (BITTENCURT, 2015, p. 201).

A partir da segunda onda descrita por Bittencurt (2015), questões impostas pela sociedade patriarcal começam a ser questionadas, todas causadas pela diferença de gênero e a forma como isso impactou a vida das mulheres em todo o mundo ao longo dos anos. Algumas autoras como Gloria Jean Watkins, Heleieth Iara Saffioti, Joan Scott, Betty Friedan, Nancy Fraser, Juliet Mitchell, entre outras, se tornaram marcantes e ganharam destaque na segunda onda dos movimentos feministas.

A terceira onda foi denominada de “pós-feminismo” ou “feminismo da diferença”, caracterizada como uma crítica referente a segunda onda do movimento que supostamente possuía caráter monolítico, universal e generalizante. O principal objetivo da terceira onda era elaborar teorias e políticas que visassem a individualidade das mulheres. Nesse período, algumas autoras como Susan Bordo, Elizabeth Grosz, Judith Butler e Donna Haraway, se destacaram na produção intelectual, essas autoras formularam novas categorias de análise a dominação masculina na atualidade, propondo a ressignificação dos gêneros em uma perspectiva pós-identitária, como a Teoria Queer (BITTENCURT, 2015, p. 203).

A Teoria Queer é uma teoria que afirma que a orientação sexual, a identidade sexual ou a questão de gênero, é uma construção feita socialmente e que não há papéis a serem divididos de acordo com essas diferenças biológicas. Ela vai além das diferenças socialmente impostas entre homens e mulheres, focando também nas minorias, como os homossexuais e os transgêneros. (LOPES, 2013, p. 125).

Na década de 1980, pode-se dizer que a palavra “gênero” tornou-se um sinônimo de “mulheres”, pois essa foi uma forma encontrada para legitimar academicamente os estudos feministas da época. Dessa forma, a mudança no termo de uso da palavra significava mais aceitação política no campo de pesquisa, como por exemplo artigos que tinham como tema “história das mulheres” mudaram para a “história do gênero” (SCOTT, 1989, p. 6).

Para Scott (1989), mesmo com essa substituição, não há exclusão do termo “homens” ou uma separação relacionada ao termo “mulheres”, pois um estudo se relaciona com o outro. O gênero só mostra, desde aspectos históricos, os papéis que foram designados pela sociedade para homens e mulheres, porém ele não determina o sexo ou a sexualidade de uma pessoa.

As feministas marxistas estudavam como o patriarcado e o capitalismo estão interligados, já que existe também a divisão sexual do trabalho no capitalismo que era mais uma forma em que o gênero separava os tipos de trabalho para uma mulher e para um homem, fazendo dos homens os mais capazes para efetuar trabalhos que exigiam mais força ou raciocínio.

O gênero como categoria de análise só surgiu no final do século XX, algumas outras teorias que mostravam uma relação “injusta” entre homens e mulheres já tinham aparecido, porém não havia surgido ainda um modo de explicar o porquê isso ocorria. E de acordo com Scott (1989), essa falta explica a dificuldade que as feministas contemporâneas têm em integrar o gênero a questões já pré-existentes.

Joan Scott divide a sua definição de gênero em duas partes:

[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1989, p. 21).

É possível perceber que, para Joan Scott (1989), o gênero é uma categoria essencial que explica as diferenças entre homens e mulheres. Para a autora, as diferenças que existem entre os sexos foram utilizadas de diversas formas, seja em relações de poder ou no ambiente profissional, embasando em questões biológicas para eleger um gênero melhor que o outro.

Para Bittencurt (2015), hoje, no mundo, os movimentos feministas reafirmam a sua pluralidade e multiplicidade. Dependendo da conjuntura dos países e de sua localização geopolítica, há diferentes posicionamentos e desafios que são priorizados na luta feminista.

Nos Estados Unidos, assim como nos países europeus, as mulheres lutam pela autonomia do próprio corpo e de suas decisões. Há também os movimentos que lutam e debatem contra a culpabilização feminina nos casos de violência contra a mulher, como por exemplo: Slutwalk no Canadá, da Marcha das Galdérias em Portugal e o Femen na Ucrânia.

Slutwalk, Marcha das Galdérias e Femen, foram materializadas no Brasil como a Marcha das Vadias, que teve início em Toronto no Canadá em 2011, sendo um movimento que luta contra o machismo e a ideia de que a mulher é a responsável pela violência que recebe, seja ela qual for, como os diversos casos de estupros.

Entretanto, Bittencurt (2015) afirma que nos últimos anos, os movimentos feministas europeus sofreram uma nova politização, a partir do ingresso e suas pautas nos partidos de esquerda, isso ocorreu devido a flexibilização dos direitos trabalhistas frente a crise econômica mundial, que ampliou as desigualdades entre os sexos, sendo assim as mulheres, que já ocupavam vagas de trabalho precárias, passaram a sofrer mais com a retirada de serviços essenciais do Estado.

[...] importante situar, ainda de que forma superficial, a diferença de reivindicações das mulheres progressistas nos países asiáticos, principalmente nos de religião islâmica, as quais se situam nos primeiros passos de liberdade de expressão, deslocamento, disposição de atos civis, como o divórcio e a guarda dos filhos, a recusa aos casamentos arranjados e as relações sexuais forçadas com maridos, a exposição mínima do corpo, a educação formal e o ingresso nas universidades, a remuneração e reconhecimento no mercado de trabalho e principalmente o fim das mutilações genitais ou sexuais das mulheres e crianças, além das penas de apedrejamento e morte ao adultério, por exemplo (BITTENCURT, 2015, p. 207).

Desta forma, é possível perceber que a luta dos movimentos feministas acontecem em diversos países de diferentes formas, mostrando que alguns direitos básicos que já foram conquistados em diversos lugares, ainda são motivos de luta em outras partes do mundo.

2.3 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O FEMINISMO NO BRASIL

Assim como em diversos países do mundo e da América Latina, no Brasil, os movimentos feministas tiveram início por meio de reivindicações políticas e sociais feitas pelas mulheres, na busca por direitos iguais e menos exclusões causadas pela diferença de gênero.

No Brasil, as primeiras manifestações começaram na metade do século XIX, por intermédio principalmente da imprensa feminina, que divulgava os ideais na época. Ao final do século XIX, era possível notar a presença das mulheres no mercado de trabalho das indústrias e à frente de organizações que lutavam contra os vários tipos de discriminações que sofriam (COSTA, 2004, p.2).

Costa (2004), afirma que a maioria dos congressos da época apresentavam pautas progressistas, como foi no caso de 1906, que ocorreu o Congresso Internacional do Livre Pensamento, organizado pelo Centro Feminista de Buenos Aires, e o Primeiro Congresso Internacional Feminista, ocorre na Argentina, em 1910. Em 1916, outro Congresso Feminista é realizado, desta vez, em Yucatán, no México. Ambos os congressos tinham como objetivo lutar pela igualdade jurídica e pelo direito ao voto.

[...] no Brasil, merece destaque a criação do Partido Republicano Feminista, pela baiana Leolinda Daltro, com o objetivo de mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio, e a Associação Feminista, de cunho anarquista, com forte influência nas greves operárias de 1918 em São Paulo. As duas organizações foram muito ativas e chegaram a mobilizar um número significativo de mulheres (COSTA, 2004, p. 3).

É possível afirmar que a criação desse partido e da associação, em 1918 na cidade de São Paulo, foi o primeiro ato político de cunho feminista realizado no Brasil. As mulheres, no Brasil, conseguiram o direito ao voto em 1930, porém, esse direito foi dado apenas as mulheres brancas de classe média.

Com isso, esse primeiro momento do feminismo no Brasil, é considerado mais conservador em relação a questão de gênero, inclusive reforçando-o como motivo das diferenças entre homens e mulheres, como também os estereótipos criados para as mulheres, seja na questão maternal ou doméstica, além de excluir de suas pautas as questões relacionadas as mulheres negras.

Devido ao golpe militar sofrido no Brasil em 1964, os movimentos feministas e outros movimentos populares da época, foram escondidos e silenciados. É importante salientar que os movimentos das mulheres brancas e burguesas ajudaram os golpes militares de 1964 e os regimes militares instalados nesse período, pois reforçaram as desigualdades e as exclusões que aconteciam na época (COSTA, 2004 p. 4).

Com o forte autoritarismo e a repressão causada pelo regime militar, a segunda onda do movimento feminista surge em 1970, na América Latina. E isso se deu

também por meio de incentivo dos outros países, que devido a modernidade, estavam incorporando mais mulheres no mercado de trabalho industrial.

[...] em 1975, como parte das comemorações do Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas, foram realizadas várias atividades públicas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, reunindo mulheres interessadas em discutir a condição feminina em nossa sociedade, à luz das propostas do “novo” movimento feminista que neste momento se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos. O patrocínio da ONU e um clima de relativa distensão política do regime permitiam às mulheres organizarem-se publicamente pela primeira vez desde as mobilizações dos anos 1967-1968 (COSTA; SARDENBERG, 1994 apud COSTA, 2004, p. 5).

Nesse momento, as mulheres deixaram o apoio que obtinham por meio dos diferentes partidos políticos, sejam eles de esquerda ou direita, e começaram a ver o movimento em sua totalidade, observando a luta feminina como um todo. A partir disso, começam a surgir vários grupos de lutas das mulheres em todo o país, sendo alguns grupos de reflexão e outros, de ação.

Em 1975, foi criado o jornal Brasil Mulher, na cidade de Londrina no Paraná, ligado ao movimento feminino pela anistia e publicado por ex-presas políticas. Em 1976, mulheres universitárias e militantes começam a publicar no jornal “Nós Mulheres”. Também nesse ano, o Brasil Mulher se intitulava como um jornal feminista, e a partir de 1978, esses dois jornais se tornaram os principais porta-vozes do movimento feminista brasileiro (COSTA, 2004, p. 5).

A partir disso, os movimentos feministas começaram a ganhar força pelo país, se aliando a outros movimentos sociais, como os dos negros e dos homossexuais, que são grupos que também sofrem discriminação no Brasil.

Em termos políticos, nos anos de 1980, os partidos começaram a perceber a força do movimento feminista no Brasil, desta forma, como maneira de estratégia política, diversos partidos abriram novas alas para as mulheres, até mesmo o PSD, um partido conservador de direita, criou seu Comitê Feminino. Com a vitória do PMDB no governo de São Paulo, foi efetuado o primeiro mecanismo de Estado no Brasil voltado para a implementação de políticas para as mulheres, o Conselho Estadual da Condição Feminina, em abril de 1983 (COSTA, 2004, p. 6).

No início dos anos de 1990, teve início o que ficou denominado como feminismo popular, formado por mulheres pobres, operárias, negras e trabalhadoras rurais, assumindo uma diversidade no movimento.

[...] essa diversidade que assumiu o feminismo brasileiro esteve muito presente nos preparativos do movimento para sua intervenção na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em setembro de 1995, em Beijing, na China, ao incorporar amplos setores do movimento de mulheres (COSTA, 2004, p. 8).

O processo de Beijing trouxe mais mobilização e organização para o movimento feminista no Brasil, além de causar uma maior interação entre o feminismo como um todo da América Latina.

É importante ressaltar que o feminismo entre os países não devem ser comparados entre si, pois cada região obteve um tipo de colonização, como os países da América Latina que foram de exploração, e os países da América do Norte que foram colônias de povoamento, isso causa diferenças na forma em que o movimento se propagou ao longo dos anos. Como por exemplo, nos países desenvolvidos, até hoje, as mulheres sofrem com a divisão do trabalho, mesmo as mulheres brancas ocupam cargos inferiores, com menores salários em relação aos homens, e as mulheres negras e indígenas são mais marginalizadas ainda (BITTENCURT, 2015, p. 204).

[...] mesmo assim, várias iniciativas têm se edificado ao longo das duas últimas décadas que procuram tematizar as transversalidades de opressões e o reconhecimento das sujeitas protagonistas de sua transformação a partir de uma identidade comum, como é o caso no Brasil das mulheres negras (Rede de Mulheres Negras), lésbicas (Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL), transexuais (transfeminismo), camponesas (Movimento de Mulheres Camponesas – MMC), da Marcha Mundial de Mulheres que debate a relação entre classe e Gênero, etc. Tais movimentos organizam-se principalmente em redes que se descentralizam nas regiões e focam principalmente na reivindicação de políticas públicas com os recortes específicos (BITTENCURT, 2015, p. 208).

Apesar de algumas fases do movimento propagarem o ideal de uma mulher que não condiz com o real, causando ainda muitas formas de exclusão, não é possível negar os diversos direitos que foram conquistados até os dias atuais.

Importante destacar que no Brasil, a formação dos Partidos dos Trabalhadores (PT) na década de 1980, trouxe força para os movimentos feministas nos anos de 1980 e 1990, com uma grande militância feminina dentro do partido. Nos dias atuais, no Brasil, as frentes dos movimentos feministas e LGBTQ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros) sofre com uma onda crescente de conservadorismo, vindo principalmente das bancadas religiosas, ameaçando as conquistas das mulheres (BITTENCURT, 2015, p. 208).

Em 2018, no Brasil, o candidato eleito presidente Jair Bolsonaro, ganhou destaque por suas falas polêmicas e seus pensamentos que reforçam preconceitos e estereótipos negativos às mulheres, negros e homossexuais. Como por exemplo a fala abaixo em uma entrevista do então presidente eleito.

[...] fui com meus três filhos, o outro foi também, foram quatro. Eu tenho a quinta também, a quinta eu dei uma fraquejada. Foram quatro homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio mulher (BOLSONARO, 2017).

Nesta citação, Jair Bolsonaro reforça a ideia de superioridade dos homens perante as mulheres, dizendo que o momento em que ele foi “fraco”, ele teve uma filha. Em uma entrevista, questionado se aumentaria o número de mulheres no ministério, Bolsonaro disse que não seria uma questão de gênero, mas que ele teria que ocupar os cargos para “quem desse conta do recado”. Em uma outra situação, o mesmo se referiu a uma mulher dizendo que “se ele fosse um estuprador, não a estupraria, pois ela não merece, por ser feia”. Essas citações geraram revoltas em muitas mulheres por reforçar pensamentos machistas e misóginos.

Além disso, a ministra da pasta agora denominada de Direitos Humanos, Mulheres e Família, a pastora Damares Alves, eleita no governo de Jair Bolsonaro, também reforça preconceitos e estereótipos negativos, segundo a mesma em uma reportagem do jornal Política ao Minuto (2018), homens e mulheres são realmente diferentes pois os homens possuem mais força. Para a ministra, os gêneros não podem ser tratados como iguais, pois os meninos precisam aprender desde cedo que “as meninas devem receber flores”. Essas citações, além de não levarem em consideração a gravidade que a diferença/desigualdade de gênero causa na vida das mulheres, dissemina os diversos tipos de estigmas que estão intrínsecos na sociedade há milênios e que as minorias, sejam mulheres, negros, homossexuais, lutam diariamente para pôr um fim a qualquer tipo de estratégia de reforço das desigualdades de gênero, raça e classe.

3 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL E NO MUNDO: UM ESTUDO GEOGRÁFICO

A geografia é conhecida como a ciência que estuda o espaço geográfico, não só apenas nos aspectos naturais, mas também procura compreender quais ações da sociedade constroem e transformam o espaço geográfico. Algumas questões reforçam essas modificações no espaço, em especial quanto a estruturação das desigualdades, como é o caso da questão de gênero.

A questão de gênero possui extrema importância no entendimento da configuração territorial e que as vezes passam despercebidas pela sociedade. O entendimento da categoria de gênero leva a refletir sobre a construção social, que demanda papéis e lugares específicos pré-determinados para homens e mulheres, onde o gênero feminino é subordinado ao gênero masculino, e as consequências dessa concepção, como a violência contra as mulheres. Para melhor compreensão desses fatos, é necessário dados que mostrem como essas ações machistas e misóginas se materializam no espaço geográfico e de que forma a sociedade as combatem.

3.1 ACORDOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO ÀS MULHERES

A violência sempre existiu entre os seres humanos, ela é considerada mutável, pois sofre a influência de épocas, realidades e circunstâncias diferentes, além de não haverem limites entre raça, etnia e crença. Com o advento dos movimentos feministas, casos de violência de gênero começaram a ser denunciados como uma opressão pautada em relação de poder desigual entre homens e mulheres.

Para Casique e Furegato (2006), a violência de gênero existe como uma das muitas formas de dominação do homem a mulher, pelo simples fato de ela ser do sexo feminino, considerado historicamente como o mais frágil e inferior.

Algumas convenções foram realizadas a fim de garantir a proteção dos direitos humanos e diminuir a violência sofrida pelas mulheres, são elas: Carta das Nações Unidas (1945); Convenção contra o Genocídio (1948); Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966); Pacto internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1965); Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de

Discriminação Contra a Mulher (1979); Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (1984); Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará (1994), entre outras.

A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres foi a Primeira Conferência Mundial a discutir o tema e ocorreu no México em 1975. Essa convenção tinha como principais objetivos eliminar a discriminação e assegurar a igualdade entre os gêneros. Ela foi aprovada pela ONU em 1979, mas só foi ratificada no Brasil em 1994 (DIAS, 2007, p.28).

Para Dias (2007), a Convenção de Belém do Pará, que ocorreu em 1994 e também é conhecida como a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, pauta principalmente, que a violência contra a mulher é uma grave violação aos direitos humanos e ofende a dignidade humana. Com essa Convenção, várias estratégias para a proteção das mulheres começaram a surgir, dando destaque a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que foi o primeiro tratado internacional de proteção dos direitos humanos a reconhecer a violência contra a mulher como algo sem distinção de raça, classe, religião ou idade.

Já na Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, na China, em 1995, foi aprovada uma plataforma de ação com o objetivo de igualdade, desenvolvimento e paz para as mulheres. Nessa plataforma a violência tratada é a doméstica, com ações voltadas não só para as punições, como também medidas preventivas, de assistência social, psicológica e jurídica, à vítima e a família (PIOVESAM, 2012, p. 275).

A Primeira Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), ocorreu em julho de 2004 no Brasil, e após ela, ocorreram mais duas Conferências, tendo como resultado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) aprovado em 2004 e referendado em 2007/2011. O PNPM tem como principais objetivos a autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; a busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas (SENADO FEDERAL, 2015, p. 9).

No Brasil, apenas duas Conferências Mundiais não foram ratificadas, a Declaração e Programa de Ação de Viena e a Declaração de Pequim, que foi adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz, não se sabendo ao certo o que levou o Brasil a não ratificá-las (SENADO FEDERAL, 2015, p. 18).

Há também todo o apoio fornecido pela ONU, Organização das Nações Unidas, em uma declaração na Assembleia Geral ocorrida em 1993, que:

[...] definiu a violência como qualquer ato de violência apoiado no gênero que produza ou possa produzir danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais na mulher incluindo as ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade tanto na vida pública como na privada (CASIQUE; FUREGATO, 2006, p. 3).

Foi devido aos inúmeros casos de violência de gênero em todo o mundo, que estudos e análises foram sendo necessários para explicar como esse comportamento está intrínseco na sociedade e como a questão da diferença de gênero é um tema importante a ser tratado no Brasil e no mundo, devido as inúmeras consequências advindas da desigualdade de gênero.

Apesar da violência contra a mulher ocorrer desde que a humanidade existe, muitas mulheres ainda não se dão conta de que estão em um relacionamento abusivo, e que a violência física não é o único tipo de violência que o homem pode causar a elas.

3.2 CONTEXTUALIZANDO OS DADOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL E NO MUNDO

É importante destacar que a mulher sofre com a violência por ter um papel construído socialmente ao longo da história, caracterizada como sendo inferior ao homem em vários aspectos, seja em cargos no trabalho, na sua força física, na sua inteligência, como também são as mais cobradas a zelar pelo bem estar da família e da casa, e são essas desigualdades entre os gêneros que fazem com que os dados de violência sejam tão altos em todo o mundo, devido a ideia de que o sexo masculino é superior e pode exercer todo e qualquer tipo de violência e opressão.

Para Scott (1989), o gênero é um conceito novo que ainda não tem força para mudar os paradigmas sociais históricos já existentes. Alguns historiadores feministas utilizaram uma série de abordagens relacionadas a gênero que foram resumidas em 3:

[...] a primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero (SCOTT, 1989, p. 9).

Essas três principais abordagens, são algumas entre tantas as formas que tentam provar, por meio de estudos, como a questão de gênero afeta e modifica a vida de todas as mulheres ao longo do processo histórico, e que são efetuados apenas por historiadores (as) feministas.

Casique e Furegato (2006), expõem os diferentes tipos de violência de gênero que existem, entre eles há a agressão física, a agressão psicológica e a agressão social. A agressão física é toda ação que se utiliza da força contra a mulher, sendo a mais difícil de esconder, já que produzem sinais visíveis no corpo. A agressão psicológica é a mais difícil de ser detectada, tanto por pessoas de fora da relação, como também pela própria mulher que as sofre. Para as autoras, há uma variedade de formas na agressão psicológica, como: abuso verbal; intimidação; ameaças; isolamento; desprezo e abuso econômico. E a agressão social seria toda e qualquer ação que é prejudicial a mulher, advinda também das ações de aceitação ou rejeição efetuadas pela sociedade.

Em 2018, o jornal Estadão de São Paulo fez uma matéria sobre quais países membros da ONU, são os mais perigosos para as mulheres nos quesitos sistema de saúde, recursos econômicos, práticas tradicionais, abuso sexual e não sexual e tráfico humano, os resultados são demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1 – Países mais perigosos para ser Mulher

1. Índia
2. Afeganistão
3. Síria
4. Somália
5. Arábia Saudita
6. Paquistão
7. República Democrática do Congo
8. Iêmen
9. Nigéria
10. Estados Unidos

Fonte: Estadão de São Paulo, 2018

É importante salientar que este ranking divulgado pelo jornal não diz respeito somente a violência física que a mulher sofre nestes países, mas sim a junção de diversas agressões, como a opressão da religião, que neste caso possui um grande impacto na vida das mulheres que moram em alguns países de religião muçulmana, como é o Afeganistão, a Arábia Saudita, o Iêmen e o Paquistão. Nesses países é ainda mais difícil ser mulher, devido aos grandes impactos que a religião islâmica causa na vida delas, ainda mais quando a religião e o Estado formam uma só instituição, tais mulheres tem seus comportamentos definidos e vigiados, seja em relação ao casamento, a educação, ao trabalho, como também nas vestimentas e até mesmo na questão da poligamia, algo que é permitido aos homens praticantes do islamismo e estritamente proibida para as mulheres islâmicas.

Um fator essencial que leva a Índia a ser o pior país para as mulheres no mundo são os estupros coletivos que ocorrem de forma constante, já que o país ainda sofre com uma sociedade fortemente patriarcal e influenciada pelo sistema de castas. O estupro coletivo também é usado em alguns lugares na Índia como forma de punição para as mulheres quando as mesmas cometem algo considerado proibido no país. Entretanto, de acordo com uma reportagem da BBC NEWS (2016), em dezembro de 2012, uma jovem estudante de fisioterapia foi agredida e estuprada por seis homens dentro de um ônibus na capital Nova Déli, a mesma não acabou resistindo aos ferimentos e morreu. O caso gerou revolta entre as ativistas e toda a população, que fizeram protestos públicos e levaram o governo a aprovar uma emenda na legislação que entrou em vigor em abril de 2013, ampliando as definições de estupro e endurecendo as penas, aplicando também a pena de morte em situações como estas.

Isso levou não só algumas mudanças na lei da Índia, como também o número de queixar nas delegacias do país saltaram drasticamente após o ocorrido, levando as mulheres a denunciarem mais os agressores e combaterem o pensamento de que as próprias vítimas são as culpadas, um pensamento que ainda persiste em todo o mundo.

Em relação ao feminicídio, em 2015, o Brasil adicionou ao Código Penal Brasileiro a Lei 13.104, que define o feminicídio como homicídio, reconhecendo o assassinato de uma mulher em função do gênero. Considerado um crime hediondo, a punição parte para 12 ou mais anos de cadeia. Para isso, a Justiça Brasileira investiga o crime e suas características para poder diferenciá-lo de homicídio (UOL, 2018).

De acordo com uma reportagem do site Blastingnews (2018), foi divulgada uma lista dos 10 países com as maiores taxas de feminicídio no mundo, como é possível ver no Quadro 2.

Quadro 2 – Países com as maiores taxas de feminicídio no mundo.

1. El Salvador
2. Colômbia
3. Guatemala
4. Rússia
5. Brasil
6. México
7. Moldávia
8. Suriname
9. Letônia
10. Porto Rico

Fonte: Blastingnews, 2018

No Quadro 2, nota-se que o Brasil se encontra em quinto lugar como o país com o maior número de taxas de feminicídio no mundo e apesar de várias leis e formas de proteção terem sido ampliadas com o intuito de proteger as mulheres nos últimos anos, as taxas continuam em um aumento crescente. Além disso, a maioria dos países estão na América, nações onde a colonização ocorreu de forma extremamente violenta, portanto, ainda pode haver uma herança da escravidão e do processo de colonização onde as mulheres, principalmente as negras e indígenas, eram violentadas e estupradas pelos brancos europeus, além de serem vistas como mercadoria.

E em 2015, a Revista Exame, publicou um ranking com os 10 estados brasileiros mais perigosos para as mulheres devido as taxas de violência física e homicídios, possível ser observado no Quadro 3.

Quadro 3 – Ranking dos estados mais perigosos para as mulheres no Brasil

1. Roraima
2. Goiás
3. Mato Grosso
4. Rondônia
5. Espírito Santo
6. Pará
7. Tocantins
8. Sergipe
9. Amazonas
10. Ceará

Fonte: Revista Exame, 2015

De acordo com o Quadro 3, é possível verificar que o estado que mais mata/agride as mulheres é Roraima, seguido por Goiás em segundo lugar e Mato Grosso em terceiro, isso demonstra que esses estados carecem de políticas públicas efetivas ao combate à violência contra a mulher, como também mais disseminação de conhecimento sobre esse assunto para a população e mais informação as mulheres sobre os seus direitos.

Com os dados apresentados, é demonstrado como uma mulher sofre em todo o mundo pelo simples fato de ser mulher e como em alguns países, elas não recebe amparo ou medidas de proteção básicas para a sua sobrevivência. Isso salienta como a questão de gênero se faz tão importante, principalmente nos dias de hoje, em que a disseminação de maiores informações torna tudo tão evidente.

3.3 LEIS BRASILEIRAS DE COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Os casos de violência contra a mulher, como notado até aqui, podem ocorrer de diversas formas, não só a física, como também a moral, a psicológica e o assédio. Na sociedade brasileira como em todo o mundo, ainda há o pensamento de colocar a culpa na própria vítima pelo tipo de agressão recebida, fazendo com que a população não problematize de forma eficaz esse tema e levando a mulher a achar este comportamento “normal” por parte do agressor.

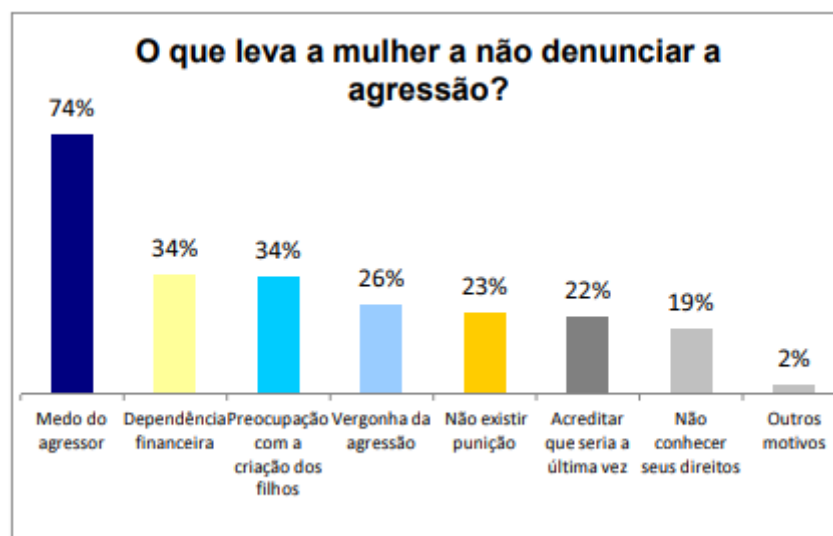
Em relação a violência doméstica, a mulher está protegida no Brasil desde a Constituição Federal de 1988 com a implantação dos direitos humanos e com a criação da Lei Federal nº11.340/06, denominada Lei Maria da Penha.

De acordo com Dias (2007), a Lei Maria da Penha surgiu em decorrência de um caso de violência física sofrida pela Maria da Penha Maia Fernandes pelo seu marido. Ele tentou assassiná-la duas vezes e o fato ocorreu em Fortaleza – CE, as investigações começaram em junho de 1983, porém a denúncia foi feita somente em setembro de 1984. Após 19 anos de julgamento, o réu foi condenado e cumpriu apenas 2 anos de prisão.

Com a proporção que o caso tomou, a denúncia foi formalizada e entregue a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Após muitas críticas feitas pela OEA ao Brasil, por negligência e omissão em relação a violência doméstica, criou-se a Lei punindo atos de violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha foi sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, entrando em vigor no dia 22 de setembro de 2006 (DIAS, 2007, p. 14).

Entretanto, mesmo amparadas por lei, as mulheres ainda não se sentem totalmente seguras para realizarem as denúncias de agressão física. O gráfico a seguir, mostra alguns motivos que levam as mulheres a permanecerem em silêncio após sofrerem violência física.

Gráfico 1 – Motivos pelos quais as mulheres não formalizam denúncias de agressão

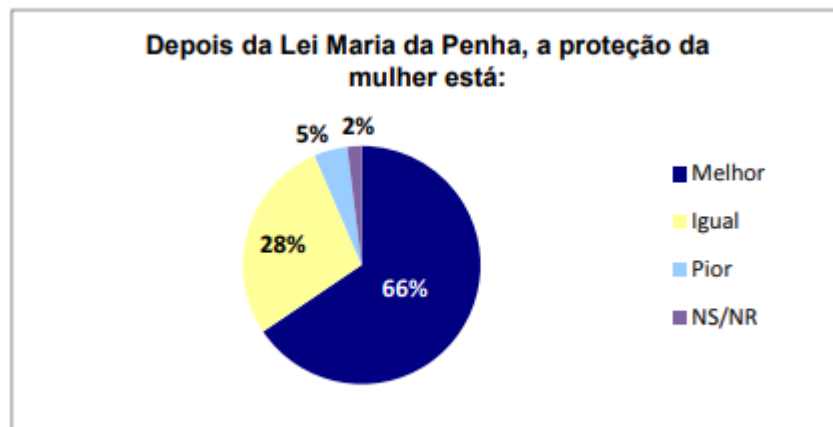


Fonte: Senado Federal, 2013

De acordo com o Gráfico 1, o principal motivo que leva as mulheres a não denunciarem seus agressores é o medo, seguido da dependência financeira que possuem pelo marido/namorado e também pela preocupação com os filhos. É possível perceber que 19% das mulheres que responderam à pesquisa ainda não estão cientes dos seus direitos e das leis que as amparam, demonstrando que ainda há uma grande falta de informação. Já 26% das mulheres sentem vergonha da agressão, ou seja, se sentem culpadas de alguma forma pela agressão que recebem.

O Senado Federal também apresenta uma pesquisa que demonstra se após a Lei Maria da Penha a situação de agressão contra a mulher está sendo combatida, sabe-se que pode ter melhorado os números como demonstra o Gráfico 2, porém o Brasil ainda é o quinto país do Mundo que mais mata mulheres.

Gráfico 2 – Proteção da mulher pós-lei Maria da Penha



Fonte: Senado Federal, 2013

Mesmo que algumas mulheres ainda sofram com a falta de conhecimento das Leis que as amparam, como foi possível observar no Gráfico 1 e 2, nota-se que 66% das mulheres entrevistadas se sentem mais protegidas depois que a Lei Maria da Penha entrou em vigor em setembro de 2007. Já 28% delas acreditam que mesmo após a Lei, a situação permanece a mesma. Para 5% houve piora e apenas 2% não souberam responder.

É notável que, mesmo após 12 anos que a Lei Maria da Penha foi criada e sancionada, ainda há uma barreira a ser quebrada no quesito de criminalizar os tipos de agressões e punir de forma mais efetiva os agressores. Se houvesse uma certeza de punição clara, as vítimas com certeza se sentiriam mais seguras para efetuarem as denúncias.

3.4 Violência contra as mulheres: Formas de denúncia

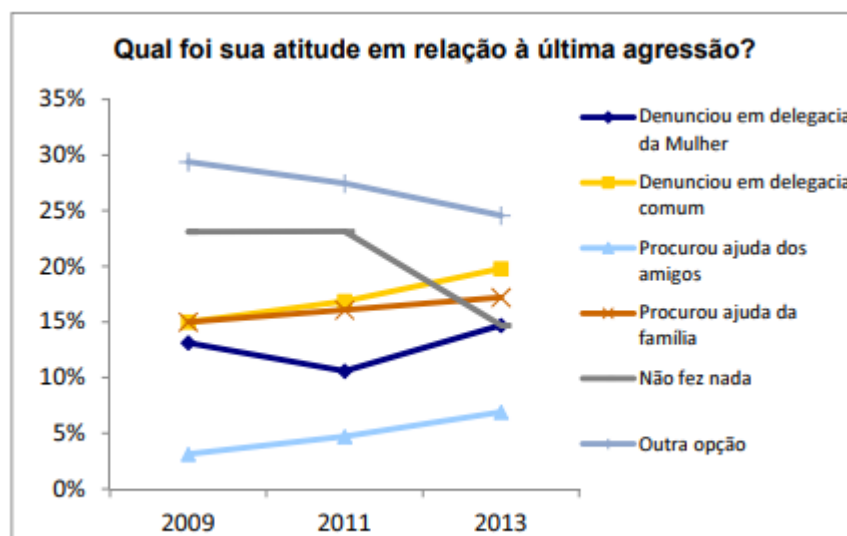
As denúncias de violências físicas contra as mulheres podem ser feitas nas delegacias, por meio do boletim de ocorrência, e também pela central de atendimento à mulher (disque 180), que é um serviço da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

A central de atendimento à mulher fornece apoio e orientações para a vítima, redirecionando a denúncia para uma entidade local, como a Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) e a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM).

Caso não haja delegacias especializadas nesse problema na cidade em que a vítima se encontra, a mesma pode recorrer a delegacias comuns ou ligar para a polícia por meio do 190. Também pode recorrer a um pronto socorro ou a Prefeitura.

Com esses diferentes meios de denúncias, as mulheres encontram mais formas de pedirem ajuda de acordo com os meios que se sentem mais seguras, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Meios de denúncias mais utilizado pelas mulheres



Fonte: Senado Federal, 2013

De acordo com o Gráfico 3, é possível notar que de 2009 à 2013 as mulheres começaram a denunciar mais, não permanecendo em silêncio como nos anos anteriores. A taxa das mulheres que não fizeram nenhum tipo de denúncia também caiu e o número de denúncia nas Delegacias da Mulher aumentou, como também os pedidos de ajuda. Isso pode ser explicado devido as políticas públicas que foram implementadas em relação ao combate da violência contra à mulher, como também a

maior disseminação de informações sobre como reagir a essas situações e ao fato das mulheres estarem mais conscientes e empoderadas sobre esse assunto nos últimos anos.

É necessário não apenas criminalizar a violência contra a mulher, mas também conscientizar as mulheres e problematizar um tema, que ainda aos olhos da sociedade, é considerado por muitos como “normal” ou uma questão privada do casal (SANTOS, 2010, p. 156).

O surgimento das Delegacias da Mulher ocorreu após muitas mulheres criticarem o atendimento policial que recebiam em delegacias comuns quando reportavam alguma situação de violência.

[...] Michel Temer, o então Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, apresentou ao governador Montoro e ao movimento de mulheres, a ideia de se criar uma delegacia da mulher, a ser composta por policiais do sexo feminino e especializadas em crimes contra mulheres (SANTOS, 2010, p. 157).

Com isso, em agosto de 1985, o governador Montoro criou a Primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher do Brasil e da América Latina, localizada na cidade de São Paulo. A única crítica feita a esse decreto foi o fato da delegacia ser constituída apenas por mulheres, limitando o número de policiais em situações de violência contra a mulher, sendo uma melhor opção a capacitação de todos em como lidar com essas situações de risco.

Sendo assim, acredita-se que a geografia pode contribuir nos debates a cerca desses temas, pois como ciência, ela estuda os espaços geográficos, neste sentido podemos questionar: Em quais espaços geográficos e lugares ou territórios, as mulheres mais sofrem com a violência? Ao realizar estudos que indiquem respostas, pode-se apontar de forma eficaz políticas públicas que tornem os espaços menos machistas e desiguais para as todas as minorias, construindo espaços geográficos, lugares e territórios mais humanos e acolhedores.

Dessa forma, é necessário investigar se ocorre, de que forma ocorre e por que ocorre, a violência contra a mulher na cidade de Londrina, no Paraná, especificamente na Universidade Estadual de Londrina.

4 VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

As mulheres foram escolhidas como objeto de estudo desta pesquisa, por serem as que mais sofrem com os diversos tipos de violência em todo o mundo, pois são vistas socialmente como seres subordinados aos homens em vários aspectos e consideradas o “sexo frágil”.

O intuito dessa pesquisa é saber em qual ou quais locais as mulheres sentem mais medo no Campus da Universidade Estadual de Londrina (UEL), seja em relação a algum tipo de insegurança que sentem pela falta de infraestrutura da Universidade ou por alguma experiência que elas passaram e fizeram com que ficassem com receio de alguns espaços.

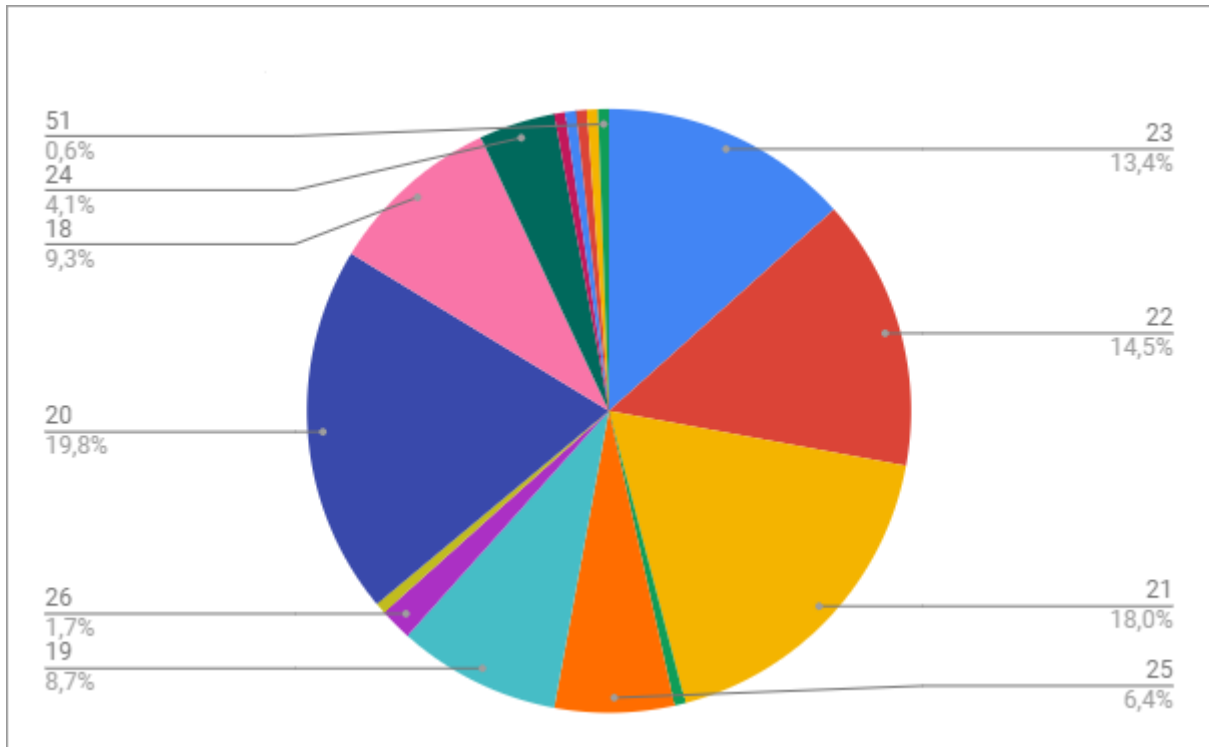
A fim de investigar tais fatos, foi organizado um questionário online, de acordo com o **Apêndice A**, com o total de 5 perguntas, para que fossem respondidas de forma mais rápida e somente pelas mulheres que estudam e/ou trabalham na UEL. O questionário ficou disponibilizado na plataforma do Facebook.

A escolha do questionário aplicado de forma online teve como objetivo a abrangência de um maior número de mulheres e para que as mesmas se sentissem mais à vontade na hora de responderem as perguntas, principalmente se fossem relatar alguma situação de violência que viveram dentro do campus da Universidade.

A pesquisa contou com a participação de um total de 173 mulheres de diferentes idades e funções que possuem dentro da UEL. Após vinte dias de obtenção dos dados, os resultados obtidos foram organizados em gráficos para melhor entendimento e compreensão do leitor.

A seguir serão expostos os gráficos dos resultados coletados, com algumas reflexões sobre as respostas encontradas e instrumentos que possam ajudar a solucionar esses casos que ocorrem na Universidade. Foi construído também, um mapa da Universidade Estadual de Londrina, para demonstrar os principais locais escolhidos pelas mulheres como os mais inseguros.

O Gráfico 4, apresenta a divisão das respostas das mulheres de acordo com a sua idade.

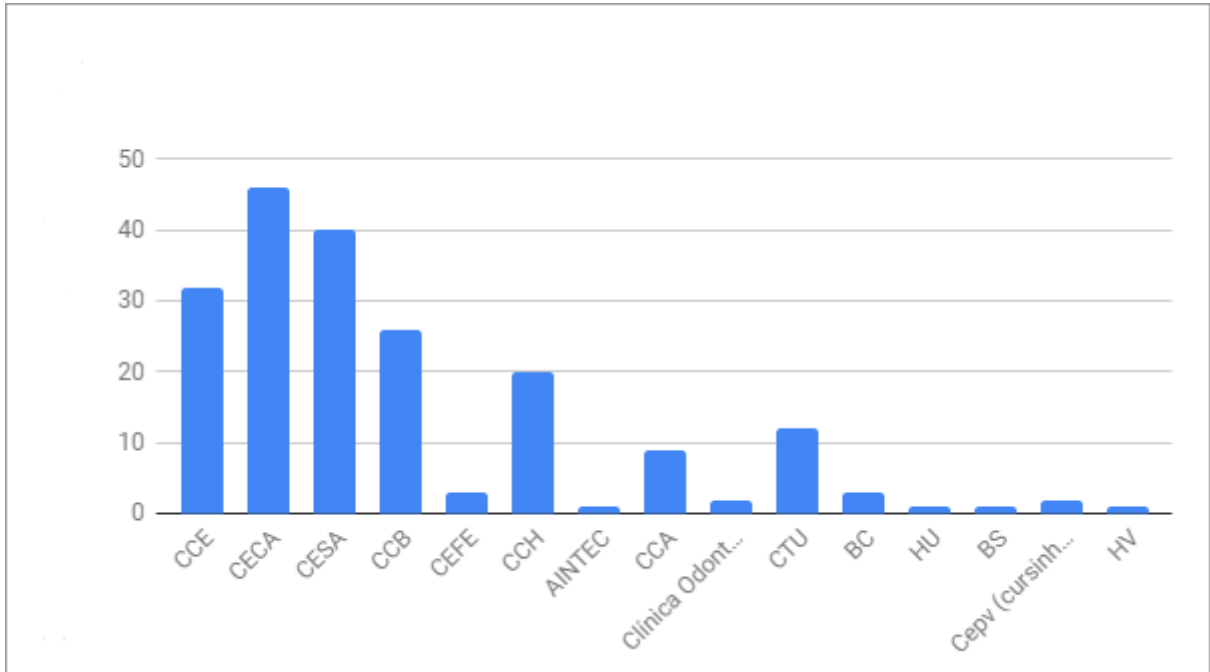
Gráfico 4 – Idade das entrevistadas

Fonte: Mulheres que frequentam a UEL, 2018

No Gráfico 4, é possível notar que as idades variaram um pouco, mostrando que as que mais participaram da pesquisa foram as mulheres de 20 anos, com 19,8% de presença, seguidas das mulheres de 21 anos, com o total de 18%. Em terceiro lugar, estão as mulheres com 22 anos, dando um total de 14,5% e depois, as mulheres de 23 anos, com o total de 13,4%. Apenas uma mulher de 51 anos participou da pesquisa. Isso demonstra que o tema proposto no questionário atraiu mulheres mais jovens que estudam e/ou trabalham na Universidade, destacando o interesse em apontar questões relacionadas a sua segurança no Campus.

No Gráfico 5, foi questionado em qual ou quais centros e unidades administrativas as mulheres estudam e/ou trabalham na Universidade.

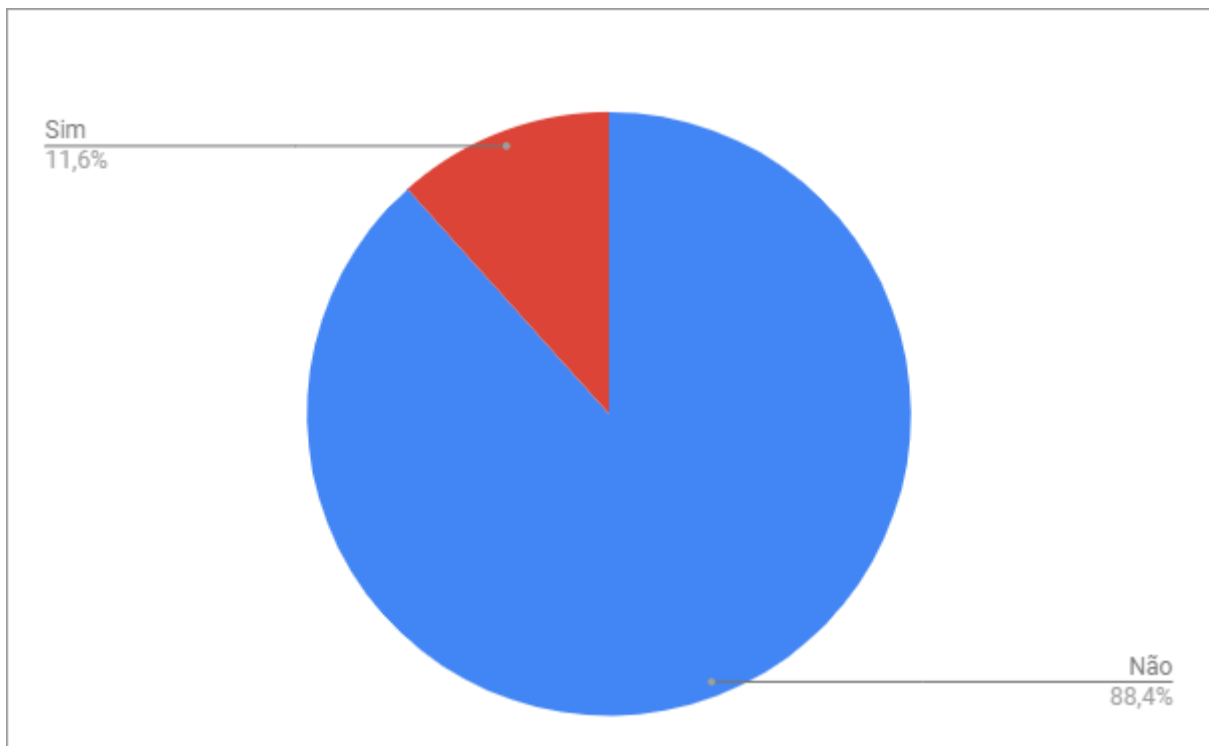
Gráfico 5 – Em qual(is) unidade(s) administrativa(s) você estuda/trabalha na UEL?



Fonte: Mulheres que frequentam a UEL, 2018

É possível ver no Gráfico 5, os principais locais que as mulheres estudam e/ou trabalham na UEL, levando em consideração que algumas responderam dois ou mais lugares que frequentam na Universidade, esse fato aumentou o número total de respostas. O Centro de Educação, Comunicação e Artes (CECA) foi o local que mais teve participação na pesquisa, com o total de 46 mulheres respondendo o questionário, seguido do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA), com o total de 40 mulheres participando e em terceiro lugar, o Centro de Ciências Exatas (CCE), que contou com a participação de 32 mulheres. Outros lugares que, apesar de pouca participação, também merecem destaque foram a Biblioteca central (BC), a Biblioteca Setorial (BS), o Hospital Universitário (HU), o Hospital Veterinário (HV) e o Curso Especial Pré-Vestibular (CEPV).

A próxima pergunta contida no questionário, era se as mulheres já tinham sofrido algum tipo de violência na UEL, e a grande parte respondeu que não, com o total de 88,4%, as que responderam que sim, foram 11,6%, como é possível observar no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Você já sofreu algum tipo de violência na UEL?

Fonte: Mulheres que frequentam a UEL, 2018.

Apesar da maioria das mulheres terem respondido que não sofreram nenhum tipo de violência na UEL, algumas dessas 88,4% relataram que já passaram por situações de assédio na Universidade, isso demonstra uma falta de informação à respeito de que assédio é também um tipo de violência, considerado um dos mais graves e comuns que ocorrem com as mulheres diariamente, pois ele está interligado com a diferença de gênero e os “papéis” que foram impostos socialmente para os homens e as mulheres, gerando a dominação e a submissão, respectivamente.

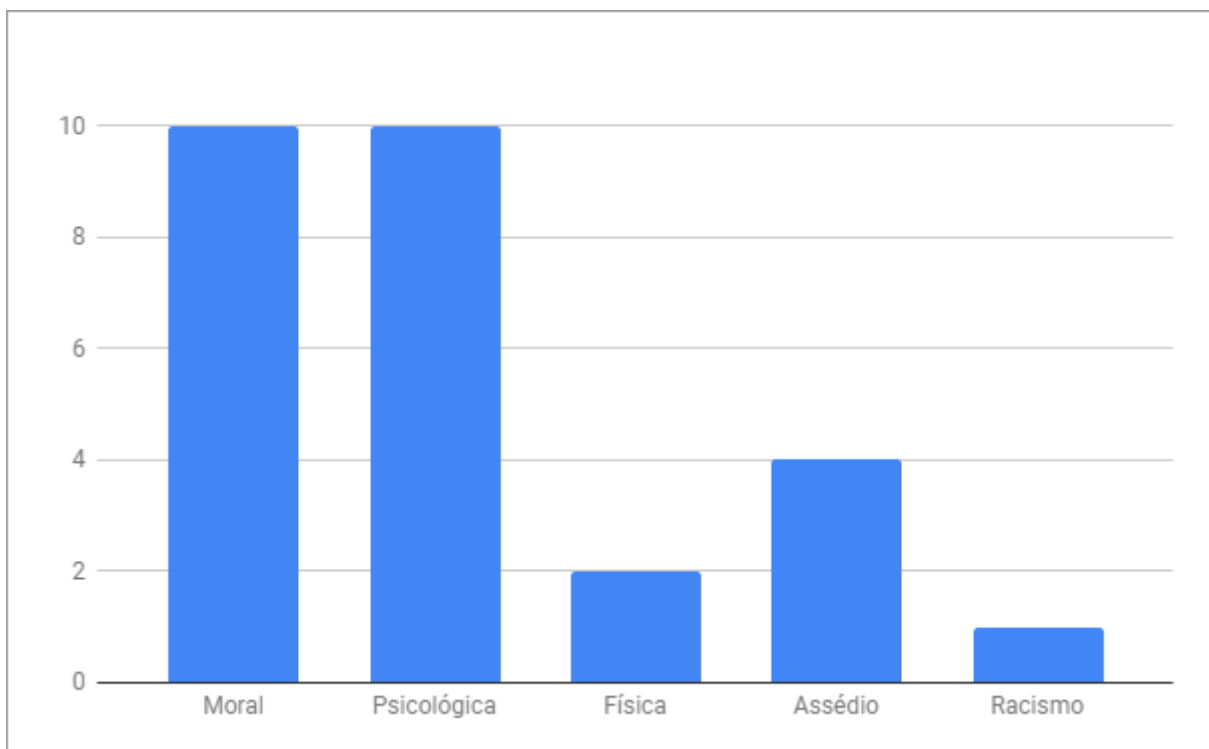
[...] o assédio sexual é uma forma de violência cometida contra as mulheres, uma manifestação de poder que homens se arrogam para exercer um controle sobre as mulheres, das quais eles querem dispor como se elas fossem para eles somente objetos sexuais. A sexualidade é utilizada aqui como um instrumento de dominação e controle (GENDRON, 1994, p.468).

Devido assédio ser a violência mais frequente que as mulheres sofrem, ele se tornou algo comum, não visto com a gravidade que têm da mesma maneira que todas as outras violências existentes. O assédio está diretamente ligado a sensação de poder que os homens acreditam que possuem em relação a mulher, quando

executado, não há o sentimento de igualdade entre os gêneros, mas sim de uma superioridade.

Após responderem se já tinham sofrido algum tipo de violência no Campus, as mulheres que participaram tinham um espaço para dizerem, caso se sentissem à vontade, qual tipo de violência teriam sofrido e se quisessem, poderiam relatá-las. Algumas mulheres responderam que sofreram mais de um tipo de violência, o que modifica o total de respostas.

Gráfico 7 – Qual tipo de violência?



Fonte: Mulheres que frequentam a UEL, 2018.

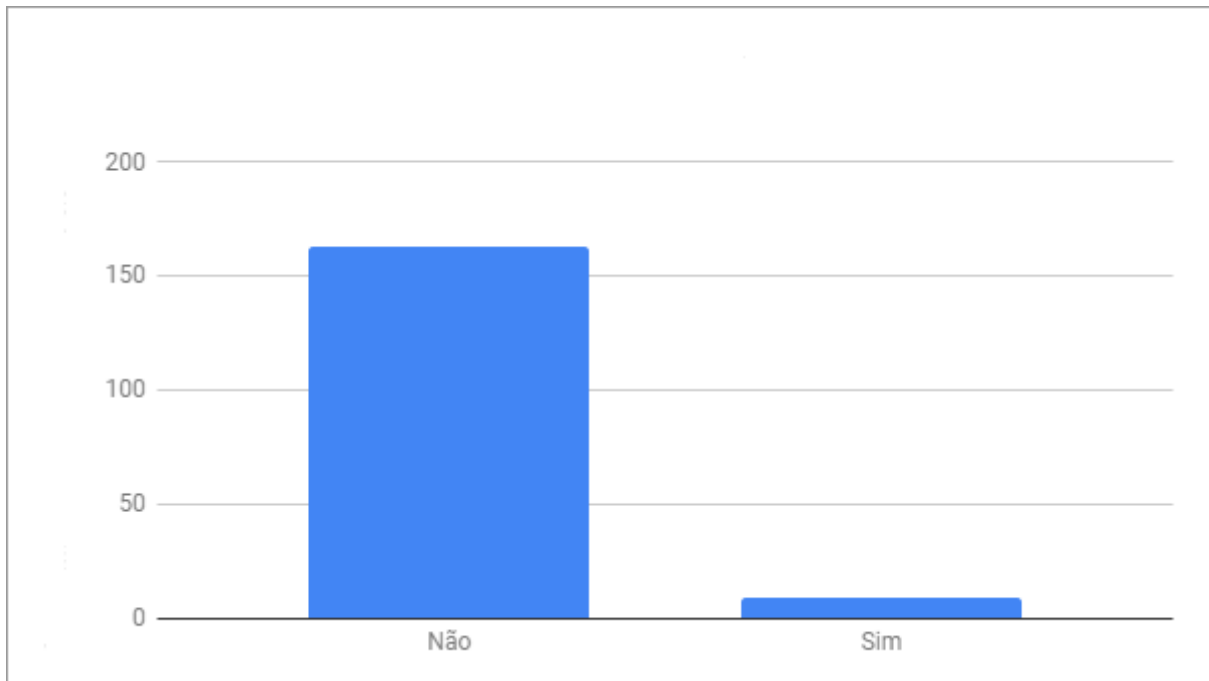
Como mostra o Gráfico 7, os principais tipos de violência são a moral e a psicológica, esta, pode ser caracterizada de diversas formas, de acordo com Casique e Fuguerato (2006) como abuso verbal; intimidação; ameaças; isolamento; desprezo e abuso econômico. Seguidos do assédio, da violência física e de atos de racismo, respectivamente. Uma das mulheres que participou da pesquisa, relatou que sofre com a violência psicológica vinda por parte dos docentes. Outra relatou que, enquanto andava pelo estacionamento do CCE, um homem a seguiu com o órgão genital para fora, e nesse momento ela não conseguiu ter uma reação e nem contou com a ajuda

de alguma pessoa, pois se encontrava sozinha no local. Muitas contaram como sofrem com o assédio apenas andando pelas ruas do Campus e até mesmo, trabalhando como fiscais no vestibular. É importante salientar que os tipos de violência mostrados no Gráfico 7, foram expostos de acordo com as respostas das mulheres que participaram da pesquisa por meio do questionário.

Além de muitas mulheres sofrerem com o machismo diariamente, é fato que as mulheres negras e/ou indígenas, sofrem com um duplo preconceito. Com a escravidão, homens e mulheres negras eram considerados inferiores aos brancos pela cor da sua pele, e mesmo após o seu fim, ainda há diversos casos de racismo recorrentes no Brasil e no Mundo. Isso demonstra que, se uma mulher branca, sofre com os preconceitos por seu gênero, a mulher negra/indígena, sofre pelo seu gênero, sua raça e se for de baixa renda, também pela classe.

A próxima pergunta contida no questionário, era se as mulheres se sentem seguras pelo sistema de segurança que a UEL possui, e os resultados são demonstrados no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Você se sente segura pelo sistema de segurança disponível no Campus da UEL?

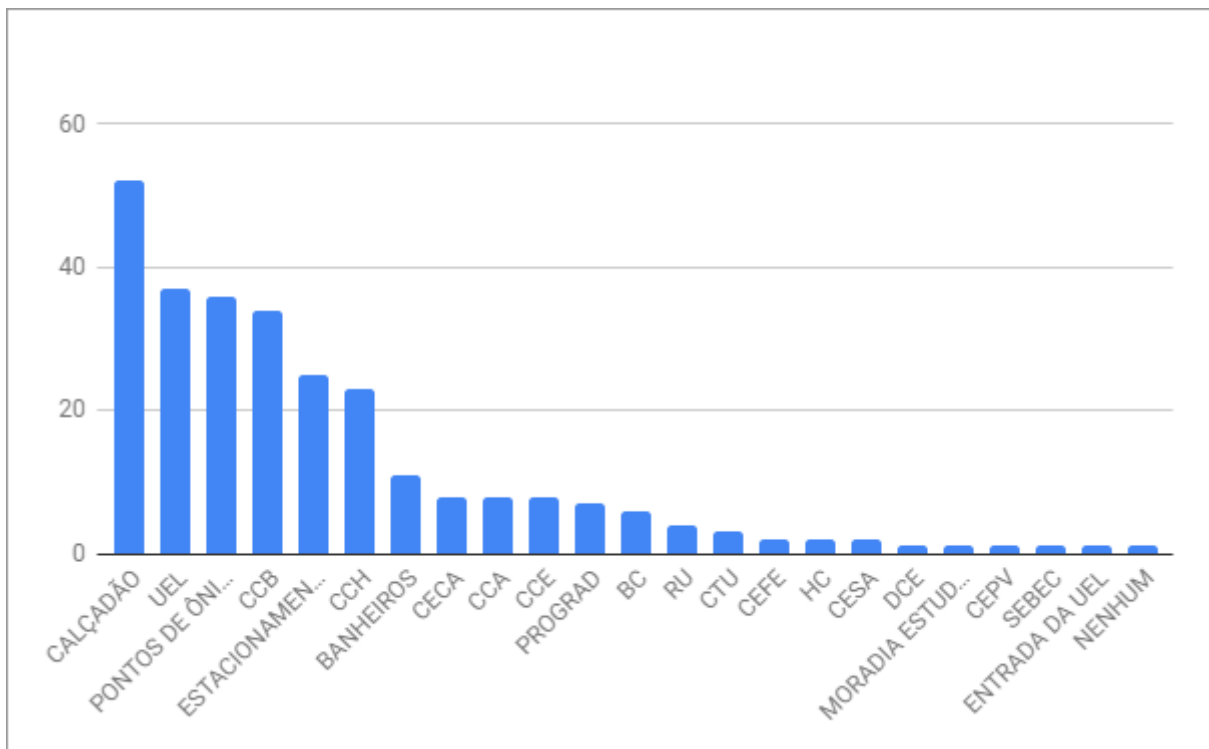


Fonte: Mulheres que frequentam a UEL, 2018

O Gráfico 8, mostra que a maioria esmagadora das mulheres não se sentem seguras com o serviço de segurança que está disponível na Universidade, sendo que 163 mulheres responderam que não, enquanto 9 mulheres responderam que sim. É importante destacar que o sistema de segurança da UEL é patrimonial, ou seja, zelam e protegem os patrimônios do Campus, e não as pessoas. Além disso, muitas justificaram que não se sentem seguras com os seguranças, pois já passaram por situações de assédio vinda por parte deles. Outras relatam a ineficácia do sistema de segurança e a pouca quantidade de guardas, principalmente no período noturno. Uma mulher relatou que se sente segura na UEL pelo fato dos professores(as), alunos(as) e servidores(as) serem solidários(as) e respeitosos(as). Isso demonstra uma condição precária na segurança da Universidade, que não precisa necessariamente ser resolvido com a permissão da entrada de Policiais no Campus, mas sim com um treinamento adequado da segurança interna.

A última pergunta do questionário, era em qual(is) local(is) da UEL as mulheres têm mais medo, levando em consideração seus sentimentos pessoais e/ou experiências com o lugar escolhido.

Gráfico 9 – Qual(is) local(is) da UEL você sente mais medo?

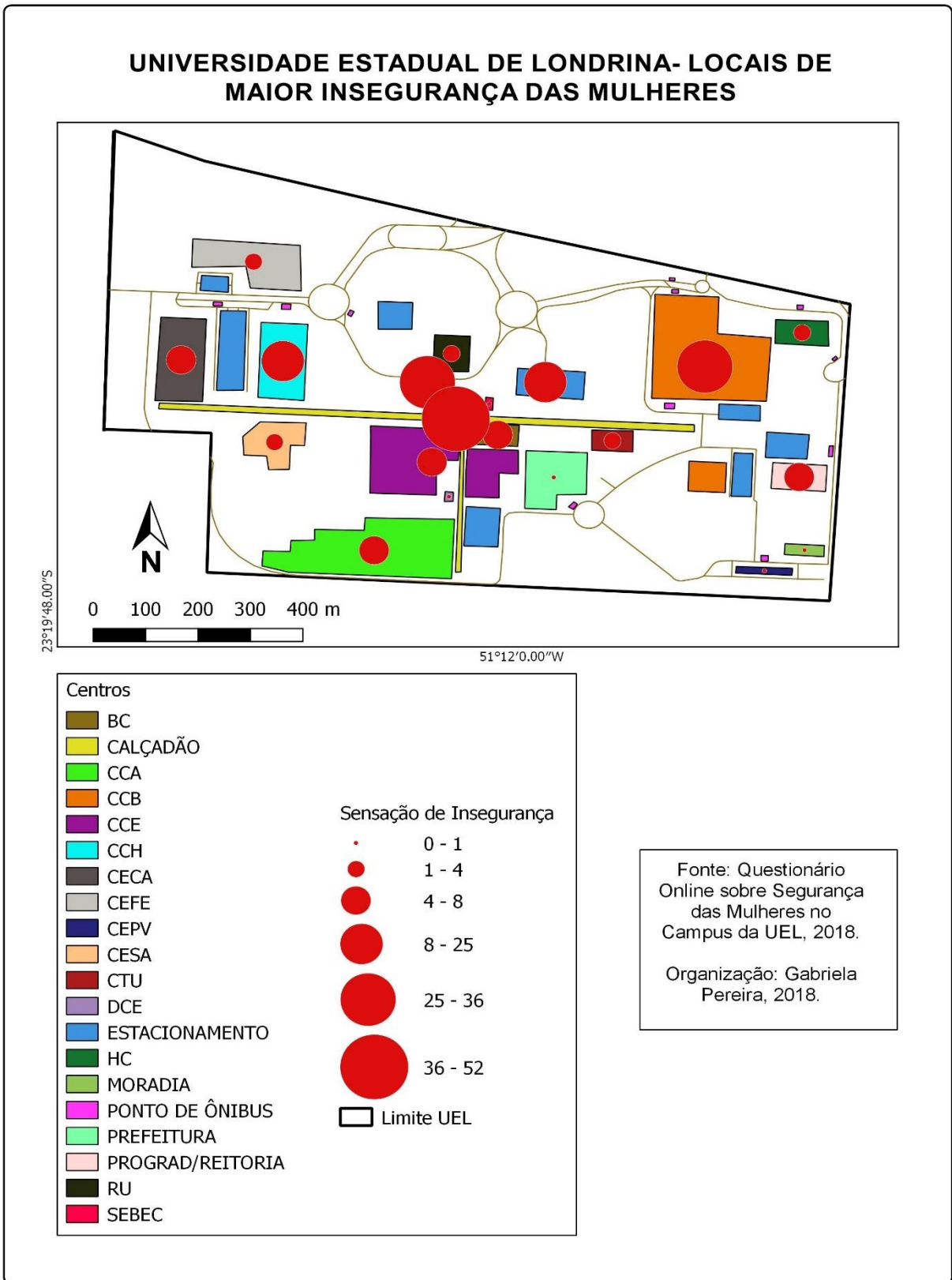


Fonte: Mulheres que frequentam a UEL, 2018.

Como é possível ver no Gráfico 9, o calçadão é o local na UEL que a maioria das mulheres tem medo, com o total de 52 respostas, seguidos da UEL inteira, com 37 respostas, e em terceiro lugar, os pontos de ônibus com 36 respostas. Outros lugares escolhidos foram praticamente todos os centros da Universidade, como é o caso do CCB, CCH, CECA, CCA, CCE, CTU, CEFE e CESA. É importante destacar aqui, que a maioria das mulheres respondeu que possuem mais medo desses locais no período noturno, isso mostra a pouca iluminação que o Campus possui e a pouca movimentação de pessoas à noite.

Após os resultados expostos em gráficos, foi elaborado um mapa (Mapa 1) da Universidade Estadual de Londrina, representando os lugares escolhidos pelas mulheres como os mais perigosos.

Mapa 1 – Mapa da UEL com os locais escolhidos pelas mulheres como os mais inseguros



Fonte: Mulheres que frequentam a UEL, 2018 **Org.:** A própria autora, 2018

Como é possível observar no Mapa 1, o principal local escolhido como inseguro para as mulheres foi o calçadão. É importante destacar que, o calçadão da Universidade Estadual de Londrina, é um espaço que interliga toda a UEL, nele há os centros, bibliotecas e as cantinas, portanto, ele em especial, era para ser um local visto como um espaço de sociabilidade entre os/as estudantes, professores/as e servidores/as, e com a pesquisa, foi provado que é ele é um dos locais que mais causa temor e insegurança entre as mulheres.

Com os resultados obtidos, foi possível perceber que a maioria das mulheres, mesmo que não tenham passado por situações violentas na Universidade Estadual de Londrina, não se sentem seguras dentro do Campus, fato que é um sério problema já que todas precisam passar grande parte do seu dia e/ou da noite nesse espaço. Foi notado também que algumas passaram por assédios e não perceberam que isso é uma das formas de violência que as mulheres sofrem, o que mostra uma falta de conhecimento sobre os diversos tipos de violências existentes e sobre os seus direitos, além de ser considerada como a violência mais comum e ter se tornado algo que faz parte da vida de toda mulher.

De acordo com Pierangeli (2005), o delito de assédio sexual foi colocado no ordenamento jurídico penal, pela Lei 10.224, em 15/05/2001, graças as pressões feitas pelos movimentos feministas e grupos sociais. Porém, o assédio só é considerado delito em relações e locais de trabalho.

Dessa forma, é possível perceber que a violência simbólica, como o assédio, também é um tipo de violência, pois ele está relacionado com o domínio que o homem sente pela mulher no momento em que ele pensa ter um direito de desrespeitá-la, só pelo fato de ela ser mulher. Devido à violência física ser o tipo de violência recorrente e que possui políticas públicas de combate, as mulheres se esquecem dos outros tipos de violência, que possuem efeitos a longo prazo, como também, a violência psicológica.

Como medidas protetivas, o ideal seria uma política institucional da Universidade, urgente para melhorar o sistema de segurança da UEL, como a instalação de mais câmeras, mais iluminação e a contratação de mais seguranças em conjunto com uma melhor preparação dos mesmos para os casos de violência, e não apenas para a depredação patrimonial da Universidade. Sabe-se que as câmeras irão inibir o comportamento violento, porém quando o agente infrator não se sentir

monitorado, ele voltará a agir novamente, com isso é necessário que ele seja conscientizado do ato criminoso que pratica por meio de políticas públicas feitas no ambiente escolar ou em grupos de reabilitação.

Seria ideal também, a instalação de um pequeno centro de ajuda para as mulheres, com seguranças e psicólogos, e até mesmo com voluntários que as ajudassem a passar e enfrentar os problemas de violência que as afetam, sejam eles dentro e/ou fora da Universidade. Esse centro poderia se localizar na área central da UEL, ou até mesmo espalhados por todo o Campus. Como é o caso de uma Comissão formada pelo CLCH (Centro de Letras e Ciências Humanas) que visa a prevenção às violências sexuais e de gênero na comunidade universitária, formado por discentes e docentes, com a parceria do Serviço de Bem-Estar à Comunidade (SEBEC), colhendo queixas que nem sempre se transformam em denúncias e conscientizando a população sobre os tipos de violências existentes. Essa comissão poderia ser reaproveitada e ampliada para diversos pontos da Universidade, assim como melhor divulgada para atender as vítimas de violência.

Há por exemplo, um núcleo criado há quase três anos, de acordo com uma reportagem do O Diário (2016), o Núcleo Maria da Penha (NUMAPE), que já atendeu cerca de 1,5 mil mulheres na região de Londrina. Esse núcleo é resultado de um projeto de extensão da UEL, que oferece assistência jurídica e psicológica as mulheres vítimas de violência doméstica. Esse núcleo é procurado por mulheres que já tenham registrado Boletim de Ocorrência na Delegacia da Mulher e que não possuem condições financeiras para contratar advogados ou psicólogos.

Para Santos (2008), o espaço geográfico é formado por um conjunto de sistemas de objetos e ações, que são indissociáveis, solidários e contraditórios, vistos em conjunto, e não de forma separada.

[...] o espaço que, para o processo produtivo, une os homens, é o espaço que, por esse mesmo processo produtivo, os separa (SANTOS, 2008, p. 63).

Com isso, é possível perceber, que o mesmo espaço que une as pessoas, também as separa, principalmente em relação as mulheres, que sofrem com a violência. Isso faz do espaço geográfico, um local que geralmente causa repulsa ao invés de inclusão para algumas minorias. Portanto, como a Geografia é a ciência que estuda o espaço geográfico, é de extrema importância que seja incluído em seu

currículo a questão de desigualdade de gênero e como ações geográficas machistas e misóginas podem produzir espaços geográficos desiguais e excludentes, com posse deste debate, a Geografia torna-se uma ciência que produz espaços geográficos que respeite e acolha cada um que nele vive, independente de gênero, raça e classe.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos feministas como um todo, lutam para que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens, seja no trabalho como também perante outras esferas da sociedade, se livrando dos pensamentos patriarcais de que a mulher deve ser subordinada ao homem por ser um ser inferior e subalterno. Para o feminismo, a diferença entre os sexos não deve ser levada em consideração para distribuir “papéis” a serem cumpridos apenas pela diferença biológica entre os seres.

A Geografia, por estudar o espaço geográfico, precisa inserir em seu currículo a pauta da questão de gênero e do machismo, pois é por meios deles que as desigualdades se organizam e se materializam nos espaços geográficos mundiais, de modo que se essas desigualdades não forem compreendidas, há o risco de se fazer uma análise parcial da configuração espacial.

Com os resultados obtidos por meio da pesquisa realizada, foi possível notar que alguns tipos de violência estão presentes na Universidade Estadual de Londrina, mesmo que de forma despercebida pelas mulheres, como é o caso dos assédios. E mesmo a maioria das mulheres não passando por outros tipos de violência no campus, elas também não se sentem protegidas e seguras, o que pode demonstrar uma falha no sistema de segurança da Universidade ou uma insegurança por ser mulher.

Com os dados recolhidos por meio do questionário, foi possível perceber que os principais locais que elas têm medo e/ou insegurança foram o calçadão, pontos de ônibus e estacionamentos, sem contar que muitas mulheres disseram ter medo de todo o campus. Apesar de o calçadão ser um local que deveria ser sinônimo de bem estar, por ligar todos os centros e estar associada a sociabilidade entre os alunos/as, professores/as e servidores/as, ele foi o local escolhido como o mais perigoso para as mulheres, devido ao fato de, principalmente à noite, ele ser pouco iluminado. Os pontos de ônibus também foram escolhidos, por se encontrarem em lugares mais específicos, e pelo fato de serem os principais locais onde ocorrem os assaltos na

Universidade. E os estacionamentos foram escolhidos, talvez pelo fato de também serem mal iluminados e terem uma pouca circulação de pessoas.

O essencial seria que medidas protetivas fossem tomadas de maneira urgente, para garantir a segurança das mulheres em um espaço que elas percorrem todos os dias, seja no período noturno ou matutino. Como por exemplo, a criação de um centro específico na Universidade para atender as mulheres que já passaram por experiências de violência, como também a melhoria na iluminação do campus e o treinamento da segurança interna para lidar com esses casos, além de políticas públicas que conscientizem e mudem os comportamentos humanos a partir da educação, portanto é fundamental que a desigualdade de gênero e violência contra a mulher sejam conteúdos do currículo escolar da educação básica e superior.

REFERÊNCIAS

- BBC-NEWS – BRASIL. **O estupro coletivo que chocou a Índia e mudou lei.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36400156>>. Acesso em: 25 nov. 2018.
- BITTENCURT, Naiara Andreoli. Movimentos Feministas. **Revista Insurgência.** Brasília. v.1: p.198 – 210, jan/jun, 2015.
- BLASTINGNEWS. **Feminicídio: dez países com maior taxa de violência contra a mulher.** Disponível em: < <https://br.blastingnews.com/sociedade-opiniao/2017/01/feminicidio-10-paises-com-maior-taxa-de-violencia-contra-a-mulher-001427789.html>>. Acesso em: 2 dez. 2018.
- CASIQUE, Leticia; FERREIRA FUREGATO, Antonia Regina. Violência contra as mulheres: Reflexões teóricas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, vol. 14, núm. 6, p. 1-8, nov-dez, 2006.
- COLETTE GENDRON. **Violência e assédio sexual.** Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16178/14729>>. Acesso em: 2 dez. 2018.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. **O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de Uma Intervenção Política.** 2004. 20f. Dissertação de Pós Doutorado – Instituto Universitario de Estudios de La Mujer da Universidad Autonoma de Madrid, Madrid, 2004.
- DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, vol. 2, p. 1-160, ago, 2007.
- ESTADÃO. **Pesquisa revela os 10 países mais perigosos para as mulheres.** Disponível em:< <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-revela-os-10-paises-mais-perigosos-para-as-mulheres,70002370639>>. Acesso em 25 out. 2018.
- EXAME. **Os piores Estados para ser mulher no Brasil.** Disponível em:< <https://exame.abril.com.br/brasil/os-piores-estados-para-ser-mulher-no-brasil/>>. Acesso em: 25 out. 2018.
- FEMITAXI. **Violência contra a mulher.** Disponível em:< <http://www.femitaxi.com.br/blog/violencia-contra-a-mulher>>. Acesso em: 28 out. 2018.
- LOPES, Luiz Paulo Moita. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. Petrópolis, RJ, 2013.
- MARTÍNEZ, Ana S., MOYA, Juana R. e MUNOZ, M. **Mujeres, Espacto y Sociedad - Hacia una Geografía del Género.** Madrid: Síntesis, 1995.

OAB SP. **Cartilha sobre violência contra a mulher**. São Paulo: OAB SP, 2009.

O DIÁRIO. **UEL oferece atendimento à mulher vítima de violência**. Disponível em: <<https://maringa.odiario.com/parana/2016/03/uel-oferece-atendimento-a-mulher-vitima-de-violencia/2101347/>>. Acesso em: 2 dez. 2018.

ORNAT, Márcio José. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v.2 (2): p. 309 – 322, jul/dez, 2008.

PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo: RT, 2005, p.791.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 13. Ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

POLITICA AO MINUTO. **Damares Alves: o que pensa a ministra dos Direitos Humanos de Bolsonaro**. Disponível em: <<https://www.noticiasao minuto.com.br/politica/718337/damares-alves-o-que-pensa-a-ministra-dos-direitos-humanos-de-bolsonaro>>. Acesso em: 2 dez. 2018.

SANTOS, Cecília Macdowell. Da delegacia da mulher à lei maria da penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo estado. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, vol. 89, p. 153-170, jun, 2010.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

SENADO FEDERAL. **Observatório de gênero**. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

SILVA, Joseli Maria. Um Ensaio sobre as Potencialidades do Uso do Conceito de Gênero na Análise Geográfica. **Revista de História Regional**. v.8 (1): p. 31 – 45, verão, 2003.

SILVA, Suzana Maria Veleda. Geografia e Gênero/Geografia Feminista: O que é isto?. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre. v.23: 105-110, março, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil para análise histórica. **Columbia University Press**. Nova York, p. 1-35, 1989.

UOL. **Feminicídio: Brasil é o quinto país em morte violentas de mulheres no mundo**. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/femicidio-brasil-e-o-5-pais-em-morte-violentas-de-mulheres-no-mundo.htm>>. Acesso em: 2 dez. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário sobre a segurança das mulheres no Campus da UEL

1. Idade
2. Em qual(is) centro(s)/unidade(s) administrativa(s) você estuda e/ou trabalha?
3. Você já sofreu algum tipo de violência na UEL? Se sim, qual?
4. Você se sente segura pelo sistema de segurança disponível no Campus da UEL? Caso queira, justifique.
5. Qual(is) local(is) da UEL você sente mais medo?

Aplicado com a plataforma gratuita *Google Formulários*